DRd | Desenvolvimento Regional em debate
Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado

DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL[1]

Elinaldo Leal Santos[2]
Vitor Braga[3]
Reginaldo Souza Santos[4]
Alexandra Maria da Silva Braga[5]

RESUMO

O presente trabalho faz uma reflexão sobre o processo de construção do conceito de *desenvolvimento* na sociedade capitalista. Para tanto, utiliza-se da análise histórica com ênfase em quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. O estudo demonstra que o conceito surge na biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas, porém, incorpora-se nas teorias e práticas sociais, por meio da economia, da sociologia, da antropologia e da ciência política. Ao longo de seu percurso histórico, o termo proporcinou algumas concepções diferentes de sociedade, como sociedade do crescimento, sociedade do bem estar social e sociedade sustentável. Portanto, este ensaio propõe compreender a lógica que fundamenta essas mudanças paradigmáticas do significado de desenvolvimento na sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sociedade. Sustentabilidade.

DEVELOPMENT: A CONCEPTIN CONSTRUCTION

ABSTRACT

The present workaims to contribute with a reflection on the construction of the concept "development" within the capitalist society. For this purpose, we used a historical analysis based on four dimensions: economical, political, social and environmental. Our study suggests that the concept is borrowed from biology, on the basis of the evolutionary process of living organisms to reach their genetic potential, incorporating the theories and social practices, through economics, sociology, anthropology and political science. In the course of its history the term provided some different conceptions of the society: the economic growth society; social welfare society; and the sustainable society. In order to understand the rationale underlying these paradigmatic changes, our study proposes to advance with the meaning of development in these societies.

Key words: Development. Society. Sustainability.

---

[1]A primeira versão deste trabalho foi apresentada no 18º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, APDR- 2012, 14-16 de Junho, Faro-Algarve-PT, pp. 633-645, com o título *Desenvolvimento: um conceito em construção*. Tal trabalho compõe parte da tese de doutoramento em Administração da UTAD/UFBA, com o título: Fundamentos da Administração do Desenvolvimento: Um Estudo do Caso Brasil.

[2]Doutorando em Administração (UTAD/UFBA), Mestre em Economia (UFBA), Bacharel em Administração (UESC), Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UESB. E-mail: elinaldouesb@gmail.com.

[3]Doutoramento em Business Economics. Middlesex University Business School, Inglaterra, Mestrado em Economia Industrial. Universidade do Minho, Licenciatura em Economia. UTAD, Professor da ESTGF-IPP. E-mail: vbraga@eu.ipp.pt.

[4]Doutorado em economia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1991) e pós-doutorado pela Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG, da Universidade Técnica de Lisboa (1997/98). Atualmente é professor do Departamento de Finanças e Políticas Públicas da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. E-mail: rsouza@ufba.br.

[5]Mestre em Gestão (UTAD). Licenciatura em Gestão (UTAD), Doutoranda em Ciências Enmpresariais na FEP-UP, Professora da ESGF-IPP. E-mail: abraga@estgf.ipp.pt.

INTRODUÇÃO

Já faz algum tempo que *desenvolvimento* tornou-se tanto um *slogan,* quanto um termo multiparadigmático. Historicamente, o conceito vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Uma análise desses paradigmas conceituais nos permitirá compreender o que é e por que o *desenvolvimento,* de que e em direção a quê o *desenvolvimento* nos leva. Haja vista que não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e agir do comportamento humano, tal como se percebe no conceito de desenvolvimento. Para refletir um pouco sobre essas questões, apresentaremos neste ensaio as nossas percepções sobre o processo de construção desse conceito na sociedade capitalista. Para tanto, tomamos como referência quatro dimensões de análise: política, econômica, social e ambiental. Entretanto, ressaltamos que tais dimensões não são as únicas que possibilitam esse tipo de compreensão, mas entendemos que são as mais relevantes no atual contexto do capitalismo.

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira explora a gênese da palavra *desenvolvimento* do ponto de vista etimológico e de sua utilização na literatura científica. A segunda analisa a sua dimensão econômica, com base no pensamento da economia política. A terceira faz uma reflexão sobre a utilização do termo desenvolvimento no campo político e sua relação como o mundo moderno. A quarta faz uma reflexão sobre a dimensão social, com base no pensamento latiano-americano e na sociologia e a quinta descreve como a dimensão ambiental foi introduzida no conceito e nos debates do desenvolvimento. Por fim, concluímos nossa reflexão sobre a construção do significado do termo em questão, considerando que este é relativo ao seu tempo e lugar, portanto, não pode ser transformado como um construto absoluto e acabado, nem tampouco como um mero termo técnico, neutro de qualquer juízo de valor, mas um conceito historicamente construído e moldado pelas forças políticas, econômicas e científicas da sociedade.

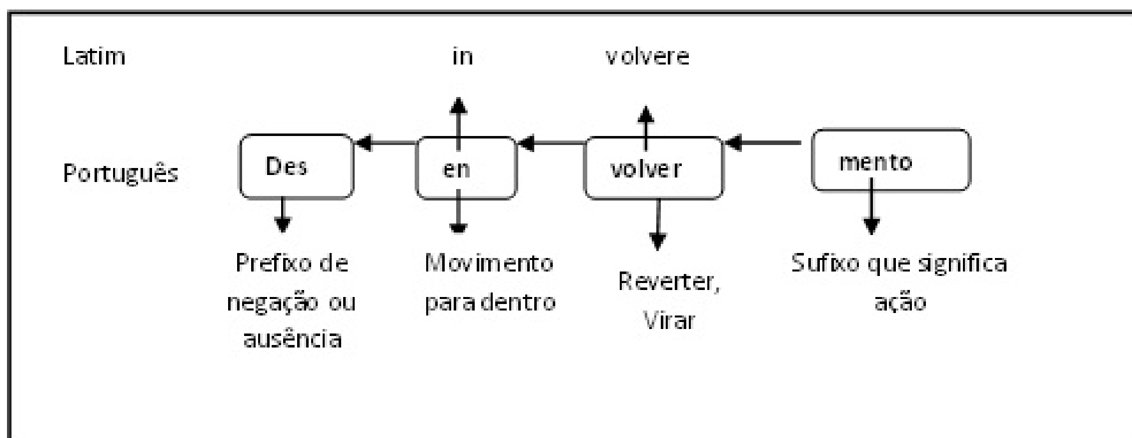
A GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO

A etimologia reconhece que as palavras nascem e evoluem com o passar dos tempos. Conhecer a evolução do significado de uma palavra desde sua origem significa descobrir seu verdadeiro sentido e conhecê-la de forma mais completa. Assim sendo, qual significado que a palavra *desenvolvimento* exerce na sociedade contemporânea? Qual a sua influência para a vida em sociedade? A nossa motivação neste ensaio é compreender essas questões.

Se consultarmos num dicionário o significado da palavra desenvolvimento, iremos encontrar o significado como "o ato ou o efeito de desenvolver. Fazer crescer. Fazer progredir. Estar em uma velocidade". A primeira idéia que podemos ter é que desenvolvimento pressupõe crescimento a partir de um determinado *status quo*, e tem

subjacente a idéia de progresso. Da mesma forma, se formos desmembrar o seu vocábulo iremos nos deparar com a seguinte análise:

Figura 1: Etimologia da Palavra Desenvolvimento



Adaptação de Diniz (2006, p. 33)

Nesta análise, é possível perceber que, com a junção dos elementos que compõem a palavra desenvolvimento, formaremos algo que poderia ser expresso como: "sem movimento para reverter a ação" ou ainda " sem envolvimento". Isso nos remete a uma conclusão de que é preciso algo para gerar o movimento e/ou envolvimento. Entretanto, o que seria esse algo? Para qual direção o movimento se conduz? Envolver para quê? As respostas para essas questões dependem do contexto no qual se aplica a palavra. No caso do contexto da palavra desenvolvimento é preciso retomar a história.

A origem do conceito surge na biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. Com Darwin, a palavra *desenvolvimento* passou a ter uma concepção de transformação, vista como um movimento na direção da forma mais apropriada. Um organismo se desenvolve à medida que progride em direção à sua maturidade biológica. A transferência da biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e tomou corpo com o darwinismo social[6]. Com ela, verificou-se que o *progresso*, a *expansão* e o *crescimento* não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. Essas sociedades obtiveram o *status* de desenvolvidas, o que faz entender que elas eram capazes de produzir os seus próprios movimentos para o alcançe do seu bem estar.

Assim, *desenvolvimento* adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais pressupunha-se a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça "evoluir" a sociedade para um estado superior. Entretanto, é preciso considerar que as palavras são social, cultural e politicamente construídas, e, muitas vezes, as forças dominantes valorizam ou desprezam

[6]Corrente teórica em que a sociedade é comparada a um ser vivo e dinâmico, que busca sua própria evolução ou, consequentemente, seu desenvolvimento. De acordo com esse pensamento, existiriam características biológicas e sociais que determinariam que uma pessoa é superior à outra e que as pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas.

palavras e significados em prol de uma racionalidade utilitária. Neste sentido, concordamos com Mia Couto (2011) quando em um dos livros nos chama atenção para a função da língua e nos diz que: "As línguas servem para comunicar. Mas elas não apenas servem. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser. Outras, elas fazem-nos deixar de ser" (p. 16). Essa citação nos faz refletir sobre o quanto uma palavra ou uma língua exerce poder no imaginário de uma sociedade, e o desenvolvimento é uma dessas palavras que conseguem mobilizar pessoas, governos, nações e uma infinidade de recursos monetários e não monetários para a realização desse estágio, que nem sempre é, de fato, percebido por todos.

Para melhor entender o significado do processo desenvolvimento na sociedade contemporânea, descrevemos nas seções seguintes a construção desse conceito com base nas dimensões econômica, política, social e ambiental. Porém, entendemos que tal conceito não pode ser visto de forma fragmentada, haja vista que todas essas dimensões estão presentes e se relacionam simultaneamente.

A DIMENSÃO ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO – SOCIEDADE DO CRESCIMENTO

De modo geral, a preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica. De maneira preliminar, os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) apresentam o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista. Porém, é na década de 1940 que o desenvolvimento recebe o *status* de objeto de pesquisa científica com o surgimento da Economia do Desenvolvimento. Com ela, é construído todo um arcabouço teórico e metodológico para descrever e promover o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária.

Em *A Riqueza das Nações* (1776), Smith defendia que o desenvolvimento de um determinado país só seria possível quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma espontânea. Smith partia do princípio de que todo homem vive para a troca, ou se torna, em algum momento, um mercador e a sociedade se transforma no que é, ou seja, uma sociedade mercantil. Para ele, o homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais e o excedente da reprodução passaria a ser um benefício para toda sociedade.

Ao procurar o seu próprio interesse o indivíduo promove o interesse da sociedade mais do que realmente procurasse promovê-lo. Tal mecanismo ficou conhecido pela imagem metafórica da *mão invisível* do mercado. Esta seria representada pelo conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para realizar as necessidades de oferta e demanda da sociedade. A ordem do sistema econômico seria estabelecida quando atingisse o ponto de equilíbrio das forças aparentemente antagônicas do mercado - oferta e demanda - e o desenvolvimento smithiano seria então decorrente da livre iniciativa entre os agentes econômicos e da produtividade do trabalho útil. Com base nesse mecanismo seria possível

promover o crescimento econômico e garantir o bem estar de uma nação, cuja riqueza deveria ser quantificada pelo seu produto anual per capita.

Ricardo aprofunda essa discussão em *Princípios de Economia Política e Tributação* de (1817), quando se propõe analisar o fenômeno da distribuição da riqueza entre as classes, nas quais a sociedade se acha dividida. Para ele, a distribuição da riqueza deve se dar entre salários, lucros e renda fundiária. Entretanto, defende a tese que a riqueza de uma nação depende dos lucros e da renda da terra, pois os salários são apenas despesas. O argumento justificaria a tese de que uma parcela maior da riqueza gerada deveria estar em posse dos detentores de capital. Neste sentido, o desenvolvimento ricardiano decorre do montante de investimento que o capitalista aplica na unidade produtiva. Daí o problema conflituoso da economia capitalista, gerado pela relação entre taxa de lucro e taxa de salário.

Não podemos falar da construção de um conceito de desenvolvimento sem incluir também no debate a contribuição de Kal Marx. Para tanto, é importante entender que o conceito de "mais-valia" ocupa um lugar central na teoria do desenvolvimento econômico de Marx. Para ele, a acumulação de capital por parte do capitalista só se dá por intermédio da "mais-valia". Esta emerge das relações sociais de produção estabelecidas entre o capital e o trabalho. Para Marx, o surgimento de uma economia moderna ou industrial é precedido de um período denominado de "acumulação primitiva de capital", que possibilita algumas nações acumular certo volume de capital e consequentemente financiar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico.

Nesta perspectiva, podemos então considerar que o momento histórico do mercantilismo funcionou como um período de acumulação de capital, destinado ao financiamento da etapa de industrialização dos países centrais. A partir desse momento, é estabelecida uma relação entre centro e periferia, em que o centro, na condição de país desenvolvido dominante, explora o país não desenvolvido e periférico. As causas mais profundas do subdesenvolvimento são para Marx o imperialismo e o desvio do excedente, e a única forma de escapar dessa situação seria através de uma revolução socialista.

Percebam que o conceito de desenvolvimento concebido no campo da economia centra-se na idéia da acumulação de riqueza e na expectativa que o futuro guarda em si a promessa de um maior bem estar (FURTADO, 1988). O desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade avançada. Desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir. Essa visão de desenvolvimento torna-se mais ainda propagada com o surgimento da abordagem neoclássica da economia. Para os teóricos dessa corrente, o desenvolvimento se irradia concentricamente ao longo do tempo pelo espaço, trazendo a todos em algum momento o mesmo nível de progresso material, social e cultural dos países pioneiros capitalistas. Porém, verificou-se que no decorrer da história isso não aconteceu. Muito pelo contrário, a distância entre países ricos e países pobres ampliou. Crescer é preciso, distribuir nem tanto.

Para alguns historiadores econômicos como Brum (2000) e Hobsbawm (2007), a Crise do Sistema Capitalista de 1929 tem como causa a superprodução, decorrente dos grandes ganhos de produtividade industrial, obtidos com os benefícios tecnológicos do taylorismo sem a presença de uma política de redistribuição da riqueza para classes trabalhadoras e consumidores em geral. O fato é que com a crise econômica veio também a Segunda Guerra

(1939-1945), alterando profundamente a realidade do mundo e criou-se uma nova estrutura de poder que introduziu uma nova ordem econômica e política, polarizada em duas superpotências (Estados Unidos da América e a União Soviética). Com as mudanças, emergiram novos desafios, novos compromissos e novas alianças.

É neste contexto que surge na ciência econômica um campo de conhecimento com a finalidade de observar, descrever e explicar o fenômeno do desenvolvimento denominado de Economia do Desenvolvimento. Com o surgimento desse campo o *desenvolvimento* passa a ser objeto específico de investigação. Essa disciplina obteve imenso sucesso em termos de produção científica e repercução social, servindo de base para formulação de políticas públicas de muitos países do mundo pós-guerra. O seu arcabouço teórico foi composto, inicialmente, pelo pensamento anglo-saxão e pelo pensamento latino-americano da Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL).

Dentre os teóricos do primeiro grupo destacam-se os trabalhos de Ragnar Nurkse (1957), Rosenstein-Rodan (1969), Artur Lewis (1969), Walter Rostow (1978), entre outros que, influenciados pelo modelo de crescimento equilibrado, deram suas contribuições. Contudo, uma crítica ao modelo de crescimento equilibrado é desenvolvida por Hirschaman (1961) e Mrydal (1965), que se destacam em sua época com o modelo de crescimento desequilibrado e da causação cumulativa. Embora não fossem vinculados diretamente ao grupo dos cepalinos, suas idéias aproximaram do estruturalismo latino-americano. O pensamento cepalino foi construído com a participação, entre outros, dos trabalhos de Prebisch, Furtado, Cardoso e Falleto.

Contudo, verificou-se que a Economia do Desenvolvimento não conseguiu explicar na totalidade as contradições do mundo capitalista. Hirschiman (1981), em seu artigo seminal "Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento", descreve que as causas para desprestígio da disciplina na década de oitenta estavam na conjunção de distintas ideologias e nas circunstâncias, sob as quais a própria se encontrava, que sobrecarregou os países subdesenvolvidos de esperanças e ambições irrealistas. O fato de ter havido crescimento econômico nos países do Primeiro Mundo não significa que houve a distribuição dos seus frutos. Na prática, o que se verificou foi uma crise do sistema capitalista na década de setenta, caracterizada pela combinação de baixa taxa de crescimento com altas taxas de inflação, a chamada estagflação.

Com mais uma crise da economia capitalista, intensificam-se as críticas ao modelo de desenvolvimento por meio do crescimento econômico. A economia não poderia ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existem atividades produtivas sem elementos naturais. Era preciso deslocar a ênfase no crescimento contínuo para o compromisso com a natureza. Dessa crítica, destacam duas propostas de modelo de desenvolvimento – o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. O primeiro foi delineado pelos movimentos preservacionistas da natureza que defendem o congelamento do crescimento da população, do capital industrial e das formas de consumo, com a finalidade de alcançar a estabilidade econômica e ecológica das nações, liderado pelo o Clube de Roma. Essa proposta passa a ser conhecida como a tese do crescimento zero. O segundo tem origem nas ações da Organização das Nações Unidas (ONU), quando em 1983 é criada a Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento e dela surgem alguns relatórios sinalizando

a possibilidade de um crescimento econômico com preservação da natureza. O famoso relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* torna-se o referencial desse modelo.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento incorpora, além da preocupação com os aspectos ambientais, a idéia de alongamento do prazo do planejamento e, portanto, do horizonte de cálculo dos efeitos, sem romper com o modelo de desenvolvimento por crescimento. Para ele, as inovações tecnológicas são capazes de permitir o acesso de todos os povos presentes e futuros ao bem estar, sem comprometimento do esgotamento dos recursos naturais. Do ponto de vista de teoria econômica do desenvolvimento, esse modelo é econometricamente representado pelo modelo de *Solow*, cuja função de produção tem quatro variáveis: o produto (Y), o capital (K), o trabalho (L) e o conhecimento ou "eficiência do trabalho" (A), de maneira que a economia converge para uma situação em que cada variável do modelo cresce a uma taxa constante. Nesse ponto, a taxa de crescimento do produto por trabalhador é determinado somente pela taxa de crescimento tecnológico e isso permitirá um estacionamento dos fatores de produção**.** Por essa lógica, a possível sociedade sustentável é também uma sociedade de crescimento.

A DIMENSÃO POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO – INVENÇÃO DA MODERNIDADE

No campo político, o termo é empregado pela primeira vez como elemento de um programa de governo, por Truman, presidente dos Estados Unidos da América, quando em seu discurso de posse em 1949 aplicou o termo para dizer que iniciava uma nova era no mundo - a era do desenvolvimento. Em suas palavras:

> É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo - a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949 *apud* ESTEVA*,* 2000 p.59).

Com ele é inaugurado o desejo dos países ricos de auxiliar as nações ditas atrasadas em seu desenvolvimento e a palavra subdesenvolvimento aparece pela primeira vez, evocando a idéia de mudança possível a um estado final. Parece-nos que até aqui as relações Norte/Sul tinham interesses opostos: colonizados e colonizadores e a dicotomia, até então existente entre desenvolvido e sub-desenvolvido, propõem uma nova relação, um mundo onde todos são iguais de direito e não de fato. Há um sentido de continuidade entre os termos subdesenvolvimento e desenvolvimento. O mundo é agora pensado não mais em colonizados e colonizadores, mas como uma coleção de nações individuais, porém, com países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Diante de um século construído em crises e guerras, o conceito de desenvolvimento é ao longo do tempo cada vez mais elaborado e sistematizado por vários campos do conhecimento científico (economia, sociologia, antropologia, ecologia), sendo colocado como um estado, um processo, um bem estar, um progresso, um crescimento econômico, um

crescimento humano e/ou um equilíbrio ecológico. O *desenvolvimento*, desta forma, apresenta-se como uma rede de conceitos que podem estar diretamente associados ao conjunto de adjetivos traduzidos em expressões como *local, integrado, sustentável, territorial*, bem como *endógeno* e *exógeno*, a depender das forças propulsoras (internas ou externas), *global, regional, local*, da escala geográfica e ainda *humano, econômico, político, ambiental*, a depender das dimensões sociais.

Do ponto de vista da dimensão política, podemos analisar o conceito de desenvolvimento com base em três perspectivas analíticas: desenvolvimento como produto do mundo ocidental; desenvolvimento como mecanismo de cooptação política do capitalismo e do socialismo; desenvolvimento como orientação teórica.

Desenvolvimento Como Produto do Mundo Ocidental: para compreender a relevância da dimensão política na construção do conceito de desenvolvimento é preciso ter em mente que o mundo, historicamente, esteve pautado numa disputa filosófica, ideológica e cultural entre Ocidente e Oriente. O mundo ocidental tem suas raízes na civilização greco-romana, na Europa e no advento do cristianismo. Nele floresceu o renascimento, o descobrimento e a modernidade.

O mundo oriental, por sua vez, tem suas raízes nas civilizações antigas do oriente (egípcia, indiana e chinesa) na África e Ásia, e com ele vieram a agricultura, o comércio e o socialismo. Para Beck (1997), esta disputa fixou papéis em todos os domínios da sociedade, tanto na pequena escala do cotidiano, quanto nas grandes questões geopolíticas, econômicas e culturais. O discurso da modernidade é para Beck um exemplo dessa relação de disputa. A modernidade[7] como produto do mundo ocidental, fruto da revolução francesa e da revolução industrial é apresentada ao mundo como um estilo e organização social universal. Ser moderno no mundo ocidentalizado significa dizer que o destino de todas as coisas se encontra no homem (antropocentrismo), na razão (racionalidade), na especializada (produtividade) e no desenvolvimento (evolucionismo).

Uma sociedade desenvolvida é aquela capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, cujo moderno é medido de acordo com o nível de industrialização e urbanização da sociedade. A sociedade industrial e/ou desenvolvida passa a ser então um modelo ideal propagado pelo o mundo ocidental e transmitido como uma possibilidade para regiões menos avançadas como África, Ásia e América Latina.

Neste sentido, Escobar (1995, p. 44) considera que "[...] o desenvolvimento foi e continua a ser, em grande parte, uma abordagem de cima para baixo, eurocêntrica, etnocêntrico e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso". O desenvolvimento como invenção da modernidade é um instrumento de controle e dominação dos países do Primeiro Mundo para os países do Terceiro Mundo.

[7]Chamamos de modernidade o conjunto de transformações que se inicia a partir do século XV e que estende até o século XX, envolvendo aspectos culturais (o Renascimento), políticos (o surgimento dos Estados Nacionais Absolutistas, Moderno) e econômicos (o Capitalismo Industrial e Financeiro).

Desenvolvimento Como Mecanismo de Cooptação Política: outra perspectiva de análise que nos ajuda entender a relevância da dimensão política no conceito de desenvolvimento, trata-se do período histórico da chamada Guerra Fria[8]. Este momento é marcado por uma disputa político-ideológica entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, as duas superpotências do mundo pós-guerra.

De um lado, a proposta de um desenvolvimento pautado nos princípios do liberalismo moderno, centrado na individualidade, na propriedade privada, na social democracia e no Estado-Provedor. Noutro, a proposta de um desenvolvimento pautado no pensamento marxista, com base na coletivização, na propriedade estatal, na justiça social e no Estado-Centralizado, porém, ambos na perspectiva de uma sociedade industrializada e urbanizada. O resultado dessa disputa ideológica proporcionou o surgimento do Estado do Bem Estar Social, que assume a responsabilidade imediata do bem estar de seus cidadãos, por meio de uma gama de serviços tais como: saúde, educação, previdência, habitação, entre outros.

Com ele, entra em cena a dimensão social no conceito de desenvolvimento, exigindo medidas alternativas ou complementares ao Produto Interno Bruto *per capita* (PIB), a fim de definir parâmetros internacionais para avaliação de padrões de vida, conforme sinalizam Caiden e Caravantes (1988). Porém, com o fim do socialismo, decorrente do esgotamento do modelo de expansão e dos fracassos das promessas do progresso, acrescido da crise ambiental do planeta, entra em discussão o novo papel do Estado e dos organismos internacionais (ONU, FMI, BRD, OMC), assim como do conceito de desenvolvimento. Por conta disso, houve a necessidade de rever alguns pressupostos do modelo de desenvolvimento por crescimento, por meio de um esforço intelectual e político para introduzir o modelo político de desenvolvimento da era neoliberal.

A vitória política de Thatcher (1979) e Reagan (1980) na Inglaterra e EUA contribuiu para facilitar a implementação do modelo. As décadas de 1980 e 1990 são caracterizas pela expansão do modelo de desenvolvimento neoliberal com base no ajuste fiscal e pautado na crença de que o desenvolvimento requer a retirada do Estado e maior autonomia do mercado. Entretanto, tal modelo também não foi capaz de conduzir suas sociedades para o tão esperado bem estar social, conforme apontam os estudos de Souza-Santos (2005) e Ianni (1999). Posto isto, encontra-se em andamento um modelo político de desenvolvimento pensado não mais apenas como resultado do crescimento do produto gerado pela industrialização e pela livre iniciativa do mercado, mas com o efeito mensurado de incremento sustentável de bem estar geral, em termos de desenvolvimento humano e com responsabilidade ambiental (Brandão, 2007).

Desenvolvimento Como Orientação Teórica: Escobar (2005), ao analisar a utilização do conceito de desenvolvimento nas ciências sociais afirma que este passou por três orientações teoricamente contrastantes. A primeira era centrada na *teoria da modernização* das décadas de cinqüenta e sessenta, que advoga sobre os efeitos benéficos do capital, da ciência, da tecnologia e da capacidade gerencial para promover o desenvolvimento. Esta teoria centra-se nos fundamentos da economia política clássica e neoclássica, e a discussão

[8]Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991). Em resumo, foi um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência.

pode ser verificada nas contribuições do pensamento de Smith, Ricardo, Marsholl e Schumpeter.

A segunda orientação ocorre por volta da década de sessenta e setenta com a *teoria da dependência,* cujo principal argumento consiste em afirmar que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna, e não sobre uma suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos. Essa discussão deu-se através das contribuições do pensamento estruturalista conduzido por Prebisch, Cardoso, Falleto, Furtado e outros. Por fim, na década de oitenta e noventa um número crescente de críticos culturais em muitas partes do mundo questionou o conceito de desenvolvimento até então utilizado pelas ciências sociais, o que contribuiu para o surgimento do pensamento *pós-estruturalista*. Para esses cientistas sociais, o desenvolvimento é um instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo para os países do Terceiro Mundo. As discussões apresentadas por Rist, Souza-Santos, Escobar, Harvey, entre outros, ilustraram essa abordagem.

Independente da categoria de análise, o desenvolvimento na perspectiva da dimensão política apresenta-se ao mesmo tempo como uma ideologia e uma utopia do mundo ocidental. Ele está relacionado a um sistema de crenças organicamente relacionado com redes institucionais constituídas (Banco Mundial, FMI, ONU, OMC), operando como sistema de classificação de povos, sociedades e regiões.

A DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO – SOCIEDADE DO BEM ESTAR

O interesse de Smith, Ricardo e Marx em explicar a riqueza de uma nação deu origem a teoria do crescimento, cujo conceito de desenvolvimento está relacionado com a evolução do sistema de produção, acumulação e progresso técnico, restrita ao pensamento da Economia. Porém, os esforços para explicar o subdesenvolvimento e consequentemente a pobreza, deram origem às teorias de desenvolvimento, e neste caso, o conceito de desenvolvimento está relacionado com o grau em que são satisfeitas as necessidades humanas, ampliando a discussão com outros campos de conhecimento como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. As teorias possibilitam uma discussão tanto teórica quanto política sobre crescimento e desenvolvimento. O debate toma forma no âmbito da ONU, entretanto, é com a CEPAL que o conceito de desenvolvimento social se expande. Influenciados pela teoria *keynesiana*, autores como Myrdal, Hirschiman, Prebisch, Furtado, Cardoso, entre outros, abrem a discussão de que falar em desenvolvimento é falar em seu contrário, uma vez que existe uma forte relação entre as duas realidades (subdesenvolvimento e desenvolvimento).

Na visão desses economistas existe um desequilíbrio fundamental no relacionamento entre os países do centro (industrializados e hegemônicos) e os países periféricos (agrícolas e dependentes), que implica na capacidade dos países atrasados de acumular capital e, consequentemente, permanecer no estágio de subdesenvolvimento. A causa disso encontra-se na taxa de produtividade, que nos países industrializados é maior em relação aos países não-industrializados, países agrícolas. Como consequência, ocorre a inelasticidade da oferta – o

que gera o bloqueio ao crescimento. Para reverter esse estágio é preciso investir em tecnologia, capital social e humano. Tudo isso deverá ser impulsionado por uma indústria local diversificada, apoiada pela demanda interna e centrada no modelo de substituição de importações, conforme relatam as análises dos economistas latino-americanos.

Entretanto, para os sociólogos do pensamento latino-americano, como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e outros, existe um outro diagnóstico para essa relação. O subdesenvolvimento seria uma condição criada para integração no sistema global de trocas que se originou no século XVI, no início do capitalismo e não um isolamento geográfico, associada a uma falha de difusão tecnológica, capital e valores ocidentais como alguns imaginavam.

Esse debate em pleno período histórico da Guerra Fria, contribuiu para introduzir no conceito de desenvolvimento a dimensão social configurada no Estado de Bem Estar Social. Pensar o desenvolvimento agora deveria ir além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão. O Estado de Bem Estar Social assume a responsabilidade mediante a oferta de serviços essências (alimentação, habitação, educação, saúde e previdência) para o desenvolvimento humano e social. Novos indicadores de desempenho para mensurar o desenvolvimento são requisitados, conforme relatam Hicks e Streeten (1988).

Islam e Henault (1988) argumentam que o conceito de desenvolvimento nos moldes do pensamento econômico clássico não foi capaz de suprir as necessidades básicas dos países do Terceiro Mundo, ao considerar que o crescimento do PIB não alcançou as camadas inferiores da população. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento deveria representar algo que possibilitasse uma progressiva redução e eliminação final da desnutrição, da doença, do analfabetismo, da miséria, do desemprego e das desigualdades. Assim, os princípios do crescimento e da acumulação de riqueza deveriam ser substituídos pelos princípios das necessidades básicas. Neste caso, o conteúdo do PIB tornaria mais importante que a sua taxa de crescimento.

Santagada (1993) afirma que desde o fim da década de 1960, vários organismos mundiais e regionais têm participado do esforço de elaborar indicadores sociais com a finalidade de acompanhar a evolução na qualidade de vida e do bem estar do cidadão. Afirma ainda que, a expressão “indicadores sociais” nasceu nos EUA, em 1966, quando registrava um período bastante conturbado da sua trajetória, marcado por fatos importantes, tais como assassinato do presidente Kennedy, a participação na Guerra do Vietnã e os movimentos de protesto protagonizados pelos negros “chicanos” e porto-riquenhos, constituindo um paradoxo entre crescimento econômico e reivindicações sociais não atendidas. Para Santagada (1993), o que estava posto neste paradoxo era a necessidade de ações do Estado de Bem Estar Social para garantir a política social.

As críticas do pensamento latino-americano ao conceito de desenvolvimento, com ênfase apenas na evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, sem um olhar para as melhorias das condições sociais da população, contribuíram para que a dimensão social ganhasse relevância no conceito de desenvolvimento. Com isso, governos de todo mundo e organismos internacionais como ONU, OCEE, OCDE, CEPAL, entre outras,

introduzem instrumentos de medidas para quantificar o desenvolvimento social (SANTAGADA, 1993). Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem acompanhando o desempenho dos países na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das pessoas, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e MahbubulHaq.

A ONU elegeu, desde a década de 1990, o desenvolvimento como o mais importante desafio a ser enfrentado pela raça humana. Apesar das enormes oportunidades tecnológicas criadas pelo século XX, ainda existe mais de 1 bilhão de pessoas, um quinto da população mundial, que vivem com menos de 1 dólar por dia – padrão de vida que a Europa Ocidental e os EUA já haviam atingido há 200 anos. Em *Desenvolvimento com Liberdade*, Amartya Sen (2000) nos mostra que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, entre outras. Assim sendo, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DO DESENVOLVIMENTO – SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Embora haja hoje uma preocupação exacerbada por parte de alguns segmentos da sociedade sobre a relevância da questão ambiental no processo de desenvolvimento, deve-se ressaltar que a mesma foi inicialmente abordada em 1798, por Thomas Malthus, em sua obra *Ensaio Sobre o Princípio da População,* na qual demonstrava a preocupação com o estrangulamento da produção de alimentos, que crescia numa relação linear, ao passo que o crescimento populacional crescia numa relação geométrica. Em suas palavras:

> A potência da população é infinitamente maior do que a potência da terra na produção de subsistência para o homem. A população quando não controlada cresce a uma taxa geométrica. A subsistência só cresce a uma taxa aritmética. Um ligeiro conhecimento dos números mostrará a imensidão da primeira em relação a segunda (MALTHUS, 1983, p.132)

Para Malthus, a causa de todos os males está na fertilidade humana, pois os seres humanos têm impulso natural para a prática do sexo e conseqüentemente para a reprodução. Diante disso, verifica-se uma necessidade malthusiana em querer encontrar mecanismos naturais e/ou artificiais capazes de impedir o excessivo crescimento da população. Entretanto, Malthus não contava que as inovações tecnológicas fossem capazes de ampliar a produtividade do setor agrícola e nem tampouco previa uma redução e/ou estabilidade nas taxas de crescimento da população. O fato é que o postulado malthusiano é retomado no século XX com os autores do Clube de Roma, acrescentando novos elementos à discussão, tais como aceleração da industrialização, aumento dos indicadores de desnutrição, rápido crescimento populacional, deploração dos recursos naturais não renováveis e deterioração do

meio ambiente (BRUSEKE, 2003, p. 31). Com isso, abre-se um debate sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico.

A sociedade capitalista e o estado moderno são vistos como os maiores responsáveis pela degradação dos recursos naturais. Isto deve ao fato de ambos terem o crescimento e a acumulação de capital privado como princípios. Desta forma, verifica-se que a relação homem-natureza na sociedade moderna/industrial é fortemente moldada pela racionalidade instrumental do sujeito-homem sobre o objeto-natureza. A natureza é vista apenas como um mero recurso produtivo do sistema capitalista e o homem como um ser superior a própria natureza. Porém, com a crise do modelo desenvolvimentista dos anos 70 e 80, outras visões sobre a relação homem-natureza começaram a ganhar espaço nos debates internacionais. Uma delas é a visão conservacionista da natureza que defende a tese do congelamento do crescimento da população global e do capital industrial. A tese do crescimento zero significa um ataque direto a filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial e uma crítica a todas as teorias de desenvolvimento que se basearam nela. Diegues (2008) considera que os maiores defensores desta tese são: a ciência e os cientistas naturais decorrentes das áreas da meteorologia, biologia, climatologia, oceanografia e da ecologia, além de um conjunto de organizações não-governamentais (ONGs), dentre as quais destaca algumas de expressão mundial como *World Wildlife Fund* (WWF), a *Conservation International* (CI), a *Nature Conservancy* (TNC) que contribuíram para a elaboração do conceito *ecodesenvolvimento* como a possibilidade de um modelo de crescimento zero em contraposição ao modelo hegemônico desenvolvimentista, centrado no crescimento contínuo e na acumulação de bens.

Entretanto, o *ecodesenvolvimento* também não atendia as necessidades dos países do Sul que logo se manifestaram de forma crítica ao novo conceito apresentado. Para eles, as sociedades ocidentais depois de séculos de crescimento industrial acelerado e do esgotamento de seus recursos naturais querem impedir que países menos desenvolvidos tenham o direito de decidir sobre os seus recursos. Deste debate surge como proposta o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Este é apresentado como uma espécie de terceira via do desenvolvimento, de modo a conciliar os interesses dos *desenvolvimentistas* - onde o crescimento e acumulação constituem princípios fundamentais do modelo, bem como, do *ecodesenvolvimento* - cujo conservacionismo e prudência ecológica são tidos como solução.

O modelo de desenvolvimento sustentável parte de uma visão de que a relação homem-natureza pode acontecer de forma equilibrada. Cuidar do meio ambiente não é apenas garantir a sobrevivência da fauna, da flora, do solo, do ar, mas é garantir a convivência de todos os fatores que compõem o meio, quer sejam bióticos, abióticos, humanos ou não-humanos. Ignacy Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento. Ele integrou basicamente seis aspectos, que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e outras culturas e programa de educação (CAVALCANTI, 2003, p.161).

Desta forma, a noção de desenvolvimento é afetada pela concepção da questão ambiental. Desenvolvimento e meio ambiente tornaram-se indissociáveis. O desenvolvimento sustentável seria definido pelo Relatório de Brundtland como aquele que responde às

necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

> O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Examinando os detalhes desta definição, observa-se o seguinte:

I. É desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo. Pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo processo que leva à desculturação.

II. É sustentável, porque deve responder às necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas.

III. É equitativo no momento que busca atingir níveis satisfatórios de desenvolvimento econômico, social, político-institucional, cultural e humano.

Frey (2001), analisando a dimensão política do desenvolvimento sustentável na literatura técnica, verificou que existem três perspectivas teóricas para explicar a viabilidade de uma sociedade sustentável: Abordagem Econômica-Liberal de Mercado; Abordagem Ecológica Tecnocrata de Planejamento e Abordagem Política de Participação Democrática. Vejamos:

I. *Abordagem Econômica Liberal de Mercado*: parte do pressuposto de que só é possível uma sociedade sustentável por meio da concorrência de mercado, do crescimento econômico, do progresso técnico e com a utilização da racionalidade instrumental dos recursos naturais. Parte do pressuposto que o mercado é o melhor mecanismo para garantir a satisfação dos desejos individuais, inclusive dos desejos ambientais. Trata-se de uma abordagem que prioriza o economicismo e o consumismo. O Relatório de Blundtland, que corresponde ao *mainstream* sobre desenvolvimento sustentável, é considerado por Frey como representativo da Abordagem Econômica Liberal de Mercado.

II. *Abordagem Ecológica Tecnocrata de Planejamento:* considera que a gestão de bens comuns não pode ser coordenada por forças de mercado, em especial aqueles ligados à crise de escassez ecológica, que são incompatíveis com as instituições e valores da civilização moderna, como a democracia, a liberdade e o individualismo. A intervenção estatal via planejamento é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico, ou ainda, para eliminar ou reparar distúrbios e danos já existentes. Essa abordagem considera também que devido ao egoísmo dos indivíduos não é possível chegar a soluções benéficas para o bem comum, logo é inevitável a presença de uma instituição com poderes fortes para regulamentar o

comportamento dos indivíduos e das organizações. Neste caso, uma sociedade sustentável só é possível com a presença de um Estado Tecnocrata de Planejamento.

III. *Abordagem Política de Participação Democrática:* parte do pressuposto de que a viabilidade de uma sociedade sustentável só é possível com participação popular e por uma democracia deliberativa. A estrutura política da sociedade ocidental por meio da democracia representativa gera uma distribuição desigual de poder, que propicia o planejamento e o controle dos escassos recursos ecológicos. Neste sentido, a luta contra agressões ao meio ambiente pressupõe uma luta pelo respeito e garantia dos direitos básicos dos socialmente mais fracos e pela criação de uma esfera pública que discuta, não apenas o ecológico e o natural, mas também os problemas socioambientais. Nesta lógica, o planejamento deve ser compreendido como orientados pelas necessidades da população e como conduzido por ela.

As questões aqui colocadas provoca um questionamento: qual o modelo mais eficiente para garantir o desenvolvimento sustentável? Será o modelo coordenado pelo mercado, pelo estado ou pela sociedade? Diante do exposto, é possível perceber, mais uma vez, o quanto um conceito é social, cultural e politicamente construído, e que tal conceito é relativo ao seu tempo e lugar. No caso do conceito de desenvolvimento, fica claro que os adjetivos são acrescentados ao substantivo conforme a visão de mundo de quem propõe. Nele estão os valores, as crenças, as ideologias e o poder que são cuidadosamente impressos no significado da palavra. Falar em desenvolvimento é falar também em crescimento, decrescimento, humano, não-humano, sustentável e não-sustentável e isso depende do ponto de partida e do ponto de chegada de quem apresenta o conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho verificou-se que as novas abordagens conceituais que vêm sendo estruturadas sobre desenvolvimento assentam-se numa perspectiva multidimensional e interdisciplinar. O desenvolvimento é um fenômeno complexo que ainda não tem uma definção esclarecedora e conclusiva sobre o seu significado. Entretanto, tem uma função social importante que é promover o bem estar da humanidade. Entendemos que o conceito de desenvolvimento nunca será, nem poderá ser definido de maneira a agradar a todos, haja vista que trata-se de um construto social com forte conteúdo ideológico e político, cujos valores e crenças são relativos a um determinado tempo e lugar. Porém, é importante considerar que quando falamos em desenvolvimento estamos ao mesmo tempo falando de crescimento, bem estar, sustentabilidade, bem como subdesenvolvimento, carências, privações e desequilíbrios, ou ainda, de mudança, modernidade e ocidentalização, podendo assim ter vários sentidos. Sendo o desenvolvimento um termo multidimensional e interdisciplinar, podemos concluir que:

I. O desenvolvimento representa uma estratégia de reprodução do capital e de controle social, cuja finalidade consiste em corrigir distorções econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista;

II. O desenvolvimento representa uma transformação, uma mudança das formas convencionais de pensar e agir, as relações sociais de produção, distribuição e consumo numa dada sociedade;

III. O desenvolvimento é uma questão de interesse público e não um assunto reservado apenas aos "peritos" em organismos internacionais ou em países tidos como desenvolvidos;

IV. O desenvolvimento é um termo multidimensional e interdisciplinar, portanto, não pode ser medido apenas na perspectiva de uma única dimensão - a econômica - representada pelo PIB e todos os indicadores derivados deste. É preciso outra unidade de medida que expresse o caráter multidimensional e interdisciplinar do termo;

V. O desenvolvimento não decorre apenas do crescimento e do acúmulo de riqueza, como defendem os economistas mais conservadores, é possível que, com a distribuição da mesma, também teremos condições para promover o desenvolvimento;

VI. O desenvolvimento requer uma gestão participativa, em que a sociedade, a comunidade, a família e o indivíduo sejam protagonistas e não espectadores da ação do Mercado ou do Estado.

Fica evidente que as diferentes dimensões conceituais do desenvolvimento emergidas na literatura, ao longo das décadas mais recentes, tiveram suas origens no pensamento ocidental, em especial, no pensamento da modernidade. Da mesma forma, a operacionalização destes conceitos também foi coordenada por mecanismos institucionais (Banco Mundial, FMI, ONU, OMC), criados pelo mundo ocidental, tal como demonstramos no decorrer desse trabalho. Assim, desde a chamada sociedade do crescimento, idealizada por Smith, Ricardo, Marx, referendada pelos neoclássicos e mais recentemente por Solow, passando pela sociedade do bem estar, proposta no pós-guerra, como um ideal possível, até chegar à chamada sociedade sustentável o construto do desenvolvimento tem explícita a promessa de que é possível a construção de um mundo mais eficiente e mais equilibrado e implícito a faceta de um mecanismo de controle e de poder social.

Não podemos esquecer que o desenvolvimento é um meio para uma finalidade maior que é o homem. Desenvolver o homem é construir condições que possibilitam a evolução das suas potencialidades bio-psiquico-sociais. Para tanto, não podemos delegar a construção deste conceito apenas a um campo de saber ou a uma visão política, nem tampouco a uma dimensão da vida humana. A construção deste conceito requer uma compreensão mais ampla da vida econômica, política, social e cultural da sociedade, o que exige outro olhar, outro sentido, outros valores. Requer uma visão para além da dicotomia entre Ocidente/Oriente, moderno/atrasado, centro/periferia, global/local, humano/não-humano.

Talvez, seja preciso mais algum tempo para imprimirmos outros significados ao conceito desenvolvimento. Como vimos, este traz em si o resultado de um processo histórico da sociedade capitalista com seus erros e acertos, avanços e limites. Contudo, já aprendemos que falar em desenvolviemnto é falar também no seu contrário, é incluir no seu significado não apenas os elementos políticos, econômicos, sociais, ambientais, mas também elementos como o direito, a liberdade, a oportunidade e a equidade individual e coletiva. Fica aqui aberto o espaço para novas contribuições teóricas, metodológicas e praxilógicas que permitam desvendar a complexidade do fenômeno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, ANTHONY et al. **Modernização reflexiva.** São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-71.

BRANDÃO, C.**Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** Petrópolis-JR: Editora Vozes/UNIJUÍ, 1999.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Editoa FGV. Rio de Janeiro-RJ, 1987.

BRUSEKE, F. J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 29-39.

COUTO, M. **E se Obama fosse africano?:** e outras interinvenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DENIZ, F. **Crescimento e desenvolvimento económico:** modelos e agentes do processo. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DIEGUES, A. C. A Globalização da Proteção da Natureza: O papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência. In: DUPAS,G.(Org). **Meio ambiente e crescimento econômico:** Tensões Estruturais. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 131-164.

ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y prática social. In: MATO, D. **Políticas de economía, ambiente y sociedade y tiempos de globalización.** Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2005, p. 17-31.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

FREY, K. A Dimensão Político-Democrática das Teorias de Desenvolvimento Sustentável e Suas Implicações para a Gestão Local. **Revista Ambiente & Sociedade,** a. 4, n. 9, p. 1-34, 2001.

HICKS, N.; STREETEN, P. Indicadores de Desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento.** Caxias do Sul: EDUCS, 1988, p.71-95.

HIRSCHIMA, A. Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais,** São Paulo, v 25, n. 1, 1989.

HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, O. O Estado-Nação na Época de Globalização. **Econômica**, v. 1, n.1, jul. 1999, p.105-118.

ISLAM, N. ; HENAULT, G. Do PIB às necessidades básicas: uma revisão crítica do desenvolvimento e da administração do desenvolvimento. In: CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988, p. 225-252.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre o princípio da população.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Edita Victor Civita, 1982.

SANTAGADA, S. (1993). Indicadores Sociais: Contexto Social e Breve Histórico. **Revista FEE,** Porto Alegre: v20, n 18, p. 245-255.

SEN. A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

Artigo recebido em: 05/07/2012

Artigo aprovado em: 31/07/2012